
1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 004/2024

PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº PA008-2024
CONTRATO Nº 004-2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO ADITIVO Nº 0105-2025.

CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO AGÊNCIA AMBIENTAL DO VALE DO PARAIBA
CONTRATADA: OCMC CONTABILIDADE LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.

Prazo: 12 meses

Índice de Reajuste: IPCA 5,06 % 2025.

Valor mensal: R\$ 2.206,26 (dois mil, duzentos e seis reais, vinte e seis centavos)

Valor da contratação: R\$ 26.475,12 (vinte e seis mil quatrocentos e setenta e cinco reais, doze centavos).

Dotação: 3.3.90.35.00.00.00.00 – Serviços de Consultoria

1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO nº 004-2024

O 1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 004-2024, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO PÚBLICO AGÊNCIA AMBIENTAL DO VALE DO PARAIBA E A EMPRESA OCMC CONTABILIDADE LTDA

CONTRATO ADMINISTRATIVO

O **CONSÓRCIO PÚBLICO AGÊNCIA AMBIENTAL DO VALE DO PARAIBA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº Nº 45.082.421\0001-47, com sede à Rua Euclides Miragaia nº 433, sala 201, Crystal Center, Centro, São José Dos Campos, neste ato representada por seu Secretário Executivo, **Sr. CLAUDIO SCALLI**, brasileiro, casado, portador do RG nº 12.985.498-0 SSP-SP, inscrito no CPF 060.912.338-66 e pelo senhor Diretor Administrativo **ODILSON GOMES BRAZ JUNIOR**, brasileiro, casado, portador do RG. nº 22.512.039-2 e inscrito no CPF/MF sob nº 246.949,418-44, doravante denominada, por força da delegação de competência derivada da portaria 127 de 03 de fevereiro de 2025 adiante designados como **CONTRATANTE**, e de outro lado **OCMC CONTABILIDADE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº CNPJ 69.111.284/0001-90, com sede na Rua Alfredo Pereira Filho, 192 – Vila Industrial, neste ato representada por **Ana Paula de Campos Simão**, nacionalidade, casada, portadora do RG 23.808.334-2, inscrito no CPF sob nº 162.849.698/30, CRCSP: 1SP173.428, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam o 1º Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato nº 004/2024 para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA**, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO, nos termos dos artigos 75, da Lei nº 14.133 / 2021., juntamente com o Contrato nº 004/2024 (assinado em 08 de abril de 2024), prorrogando-se o referido contrato pelo período de 12 (doze) meses, mediante o 1º Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato nº 004/2024, iniciando-se em 08 de abril de 2025 e terminando em 07 de abril de 2026, ficando porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste 1º Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato, que se regerá pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em informática para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA CONTÁBIL, FINANCEIRA E DE CONTABILIDADE**

PÚBLICA, pelo período inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse manifesto das partes, nos prazos e termos da Lei de Licitações e Contratos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A CONTRATADA deverá executar o serviço objeto deste contrato, por sua conta e responsabilidade, nas condições pactuadas, conforme estipulações contidas no presente Contrato, bom como no “**Termo de Referência**”;

2.1.1. Para a prestação dos serviços ora contratados serão utilizados os sistemas informatizados de contabilidade pública do CONTRATANTE, bem como aqueles disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Receita Federal, ESocial, Ministério do Trabalho, FGTS e outras exigências definidas pelo Poder Público;

2.2. Os serviços deverão ser executados ao seu tempo, observados os prazos legais, ou aqueles estipulados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Receita Federal, E Social, Ministério do Trabalho, FGTS e outras exigências definidas pelo Poder Público.

2.3. Os serviços executados pela Contratada e assinados pela Contratada deverão conter o nome da Contratada, o CPF/MF da Contratada e o número de inscrição junto ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.

2.4. Quando solicitado, a Contratada deverá providenciar o balancete do período, a razão de cada conta contábil (por exemplo: razão do imobilizado, razão do fluxo de caixa, razão das receitas, razão das despesas, estrutura de Códigos Audesp, Tabelas de Escrituração Contábil e etc), e outros documentos contábeis, financeiro, orçamentário e etc.

2.5. O Balanço Patrimonial do ano de 2025, o Demonstrativo de Receita e Despesas do ano de 2025, as Variações Patrimoniais do ano de 2025, o Balanço Orçamentário do ano de 2025, as Conciliações Bancárias do ano de 2025, o Demonstrativo de Restos a Pagar do ano de 2025, Demonstrativo de Disponibilidades Financeiras do ano de 2025 e outros demonstrativos exigíveis pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo deverão ser disponibilizados e assinados pela Contratada até o dia 28 de fevereiro de 2026. Tempo hábil para aprovação em Assembleia e disponibilização junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (31 de março do ano).

2.6. Quando solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá fornecer as senhas dos arquivos e as senhas dos sistemas digitais (por exemplo: Sistema Audesp, Ministério do Trabalho, ESocial e outros arquivos e sistemas de utilização e propriedade do Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E REAJUSTES E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Conforme Contrato nº 004/2024, o preço foi reajustado pelo Índice do IPCA acumulado de 12 (doze) meses, utilizando-se a base acumulada do IPCA de fevereiro/2025º de 5,06%, fixando o preço no valor mensal de 2.206,26 (dois mil, duzentos e seis reais, vinte e seis centavos). Obriga-se a “CONTRATADA” a manter o preço mensal ofertado, para objeto deste contrato, o valor mensal de R\$ 2.206,26 (dois mil, duzentos e seis reais, vinte e seis centavos) pelo período de 12 (doze) meses.

3.2. O valor do presente contrato, para efeito de empenho contábil, possui o **valor global de R\$ 26.475,12 (vinte e seis mil, quatrocentos e setenta e cinco reais, doze centavos), pelo período de 12 (doze) meses.**

3.3. Por se tratar de prestação de serviços continuados, o preço estipulado poderá, eventualmente, ser reajustado a cada período de 12 (doze) meses, contado a partir da data de início de sua vigência, pelo IPCA de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo ou, na ausência de substituto, pela média simples dos principais índices econômicos que apuram a inflação anual acumulada.

3.4. O pagamento será efetuado mensalmente pelo CONSÓRCIO AGÊNCIA AMBIENTAL DO VALE DO PARAIBA em até 05 (cinco) dias após a emissão da Nota Fiscal correspondente à prestação dos serviços, mediante depósito em conta bancária da contratada a ser indicada pela mesma.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. O presente Contrato terá duração de 12 (doze) meses, iniciando-se em 08 de abril de 2025, findando-se em 07 de abril de 2026, podendo ser prorrogado de acordo com a Federal 14.133/2021 e suas alterações, até o limite legal.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas objeto da presente contratação serão atendidas com os recursos orçamentários consignados no orçamento vigente, sob a seguinte classificação:

Órgão: 01 – Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba

Unidade: 01.01 – Manutenção e Coordenação do Consórcio

Funcional: 18.542.0001.2001 – MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO

Fonte Recurso: - 01.110

Dotação: 3.3.90.35.00.00.00 – Serviços de Consultoria

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES

6.1. Cabe ao CONTRATANTE, a seu critério, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização dos serviços contratados e do comportamento da CONTRATADA, sem prejuízo da obrigação deste.

6.2. A existência e a atuação da fiscalização do CONTRATANTE, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as consequências e implicações próximas ou remotas.

6.3. A CONTRATADA assume, como exclusivamente seus, os riscos decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços contratados, responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao CONTRATANTE ou a terceiros em função do presente contrato.

6.4. Os danos e prejuízos serão ressarcidos ao CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

6.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados a execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.6. A CONTRATADA obriga-se, ainda a:

6.6.1 Executar/reexecutar, às suas expensas, no local estipulado e no prazo ajustado, após notificação, os serviços não aceitos pela CONTRATANTE, hipótese em que não ocorrerá pagamento enquanto não for satisfeito o objeto desta avença.

6.6.2. Executar os serviços objeto deste contrato observando as orientações recebidas da CONTRATANTE, permitindo o acompanhamento e fiscalização da mesma.

6.6.3. Ficar responsável pelas despesas de locomoção, hospedagem e alimentação de seus prepostos, se e quando necessárias.

6.6.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação.

6.6.5. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infelizmente do trabalho, fiscais, comerciais, médicos e dos decorrentes de controle médico e saúde ocupacional de seus funcionários e empregados utilizados para a consecução do objeto desta avença e outros

resultantes da execução deste contrato, obrigando-se a saldá-los na época própria. A inadimplência da CONTRATADA, com referência a estes encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato, da mesma forma que a CONTRATANTE está isenta de qualquer vínculo empregatício com funcionários, ou prepostos, da CONTRATADA.

6.6.6. Responder pelos danos de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros, ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e acompanhamento efetuados pela CONTRATANTE.

6.6.7. Na hipótese de qualquer reclamação trabalhista, intentada contra a CONTRATANTE por empregados da CONTRATADA, estes deverão comparecer espontaneamente em Juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregador e substituir a CONTRATANTE no processo, até o final do julgamento, respondendo pelos ônus diretos e indiretos de eventual condenação, bem como sócios da contratada os responderão solidariamente.

6.6.8. Não subcontratar.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato no prazo estipulado caracterizará inexecução total do contrato;

7.2. O atraso na execução ou o descumprimento injustificado de prazos estabelecidos pela legislação ou determinado pelo CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA às multas compensatórias que incidirão sobre o valor das obrigações descumpridas, como segue:

7.2.1. Atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,03 (três centésimos por cento) ao dia;

7.2.2. Atraso de 31 (trinta e um) até 60 (sessenta) dias, multa de 0,06 (seis centésimos por cento) ao dia;

7.3. Além das multas acima enunciadas, poderá o CONTRATANTE, a seu critério, rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo de outras penalidades estabelecidas no presente Contrato;

7.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

7.4.1. Advertência;

7.4.2. Multa compensatória de 50 (cinquenta por cento) pela inexecução total, calculada sobre o valor total do contrato;

7.4.3. Multa compensatória de 30 (trinta por cento) pela inexecução parcial do contrato, calculada sobre o valor dos serviços não prestados;

7.4.4. Suspensão do direito de contratar com o CONTRATANTE pelo prazo de até 2 (dois) anos;

7.5. Para a aplicação de toda e qualquer penalidade serão observados os princípios do contraditório e ampla defesa, devendo a CONTRATADA ser notificada por e-mail de todos os atos praticados o curso do processo de penalização;

7.5.1. Todos os prazos do processo de penalização serão de 5 (cinco) dias úteis, iniciando-se no dia posterior ao recebimento da notificação;

7.5.2. Decorrido o prazo para apresentação de defesa, o CONTRATANTE poderá aplicar multa diária de 1% (um por cento) do valor total do contrato, enquanto persistir a irregularidade, até o máximo de 30 (trinta) dias;

7.5.3. A aplicação das multas previstas nos itens 7.1, 7.2 e subitens não impedem que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. O presente Contrato será rescindido, por qualquer das partes, a qualquer tempo, mediante comunicação prévia, sem prejuízo do pagamento das despesas geradas até a data do pedido.

8.2. O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, por constituir motivo de rescisão.

8.3. Constituem motivos para rescisão unilateral do Contrato, independentemente de procedimento judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA o direito a qualquer indenização os seguintes casos:

- a) O descumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) A lentidão no cumprimento do Contrato, que impossibilite a conclusão dos serviços no prazo estipulado;
- c) Atraso injustificado no início dos serviços;
- d) Paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- e) A subcontratação total ou parcial do seu objeto;
- f) Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- g) Decretação de falência, instauração de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da CONTRATADA;
- h) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do Contrato;
- i) O valor das multas aplicadas atingir 10% (dez por cento) do valor global CONTRATADO ou após o trigésimo dia de atraso no cumprimento da obrigação assumida;
- j) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Secretaria Executiva do Contratante, exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

Parágrafo único – A rescisão do Contrato poderá ainda ocorrer nas demais hipóteses e condições previstas nos artigos 137, da Lei nº 14.133/2021.

l) Todos os arquivos digitais gerados pela Contratada no sistema AUDESP, sistema do ESocial, do Ministério do trabalho (registros de empregados) e outros sistemas digitais, senhas dos arquivos e senhas dos sistemas digitais são de propriedade do Contratante.

m) Encerrando o contrato, a Contratada deverá disponibilizar e transferir todos os arquivos e senhas digitais dos sistemas descritos na alínea “m” do item 8.3 da Cláusula 8ª deste, orientando os empregados públicos a forma de utilização, gratuitamente, sem ônus para a Contratante.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Caberá à contratada:

- a) Tratar como confidenciais, informações e dados do contratante, guardando total sigilo em face de terceiros.
- b) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas em lei e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- c) Avaliar, em prazo razoável, a viabilidade técnica e jurídica das solicitações de alteração específicas encaminhadas eletronicamente pelo contratante.
- d) Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado,

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela contratante no interesse da administração pública, aplicando-se, no caso, os princípios estabelecidos na legislação em vigor.

10.2. Em caso de rescisão do presente, todos os direitos da administração ficam preservados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de São José dos Campos/SP, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

São José dos Campos, 03 de abril de 2025.

CLÁUDIO SCALLI

Secretário Executivo

CONSÓRCIO PÚBLICO AGÊNCIA AMBIENTAL DO VALE DO PARAÍBA

ODILSON GOMES BRAZ JUNIOR

Diretor Administrativo

CONSÓRCIO PÚBLICO AGÊNCIA AMBIENTAL DO VALE DO PARAÍBA

ANA PAULA DE CAMPOS SIMÃO

Representante Legal

OCMC CONTABILIDADE LTDA

TESTEMUNHAS

1) Nome: _____

RG: _____

CPF: _____

2) Nome: _____

RG: _____

CPF: _____